



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

Parecer Jurídico

PJ Nº: 37097/CONJUR/GABSEC/2024

INFORMAÇÕES GERAIS DO PROTOCOLO

Protocolo

- Número: 2020/0000033539

- Data Protocolo: 17/11/2020

Empreendimento

- Nome/Razão Social/Denominação: ALESSANDRO MARQUES DE ALMEIDA

Assunto

PARECER JURÍDICO

ANÁLISE JURÍDICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO INFRACIONAL.
DESMATAMENTO. PROCEDÊNCIA DO AUTO DE
INFRAÇÃO. APLICAÇÃO DE MULTA. MANUTENÇÃO
DO EMBARGO.

1. RELATÓRIO

Em 12/11/2020, esta SEMAS, por meio do técnico responsável, lavrou o Auto de Infração nº **AUT-2-S/20-11-00505**, em face de **ALESSANDRO MARQUES DE ALMEIDA** (CPF nº 017.416.317-77), por desmatar 87,88 hectares de vegetação nativa sem autorização prévia do órgão ambiental competente, contrariando o art. 50 do Decreto Federal nº 6.514/2008, enquadrando-se no art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº 5.887/1995, em consonância com o art. 70 da Lei Federal nº 9.605/1998.

Segundo o relatório de monitoramento nº. RM-08281653-A e o Relatório de Fiscalização REF-2-S/20-11-00580, a equipe de fiscalização da SEMAS realizou fiscalizações em atendimento à solicitação do Proc. 19932/2019 do Tribunal de Justiça do Pará, FAEPA e DEMAPA, visando fiscalizar redução de cobertura vegetal e crimes ambientais na propriedade Agropecuária Beira Rio Oriente LTDA, a respeito da qual dados de monitoramento levantados pelo CIMAM/SEMAS e imagens de geoprocessamento e sensoriamento remoto (base DETER, 2020), mostraram que a área continuava sendo desmatada de forma irregular, e que novos polígonos de desmatamento continuavam ocorrendo no interior e nas proximidades da propriedade, e que, segundo dados da base SICAR/PA, constatou-se que há 171 imóveis rurais cadastrados nas proximidades e dentro do



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 37097/CONJUR/GABSEC/2024
limite da Agropecuária Beira Rio Oriente.

Diante disso, mediante os fatos e informações coletadas em campo e através da análise de monitoramento feita pelo CIMAM/SEMAS, conforme análise histórica do desmatamento, com imagens anteriores à detecção do desmatamento (Imagem landsat 5 223/062, Data 20/07/2010), e imagens posteriores à detecção (Imagem Sentinel 2, Data 29/07/2020) para efeitos de validação, demonstradas por mapas, observou-se desflorestamento de áreas em nome do autuado. Assim, com a análise de sobreposição do desmatamento com a propriedade do CAR, constatou-se 87,88 hectares de vegetação nativa, sem autorização do órgão ambiental competente. Ademais, o relatório de fiscalização ainda apresenta as circunstâncias agravantes aplicáveis ao desmatamento em questão, quais sejam: *ter o infrator agido com dolo; da infração resultar consequências graves para o meio ambiente ou para a saúde pública; ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária.*

Sendo assim, a partir dos acontecimentos descritos, foram lavrados os seguintes procedimentos em desfavor do autuado:

- Auto de Infração nº AUT-2-S/20-11-00505, por desmatar 87,88 hectares de vegetação nativa sem autorização prévia da autoridade ambiental competente;
- Termo de Embargo - TEM-2-S/20-11-00323, onde fica embargada a área desmatada de 87,88 hectares de acordo com o CodList 7195 e CodList 7196 (CIMAM/SEMAS), em sobreposição com a propriedade do CAR PA-1505502-7FBA43B6E6D84CDEB0E91BD7C479F080, e através de fiscalização realizada in loco no período de 02 a 05 de setembro de 2020, no município de Paragominas-PA.

Dessa forma, o auto de infração foi lavrado, sendo o interessado devidamente notificado por meio da Notificação Nº 177173/GEFLOR/COFISC/DIFISC/SAGRA/2024, em 23/02/2024. Não apresentou Defesa Administrativa. Apresentou solicitação de conciliação ambiental, conforme o protocolo nº 2024/0000008775.

E o relatório.

2. FUNDAMENTACAO JURIDICA

Inicialmente, é importante salientar que no presente feito será aplicada a Lei Estadual nº 5.887/1995, em conformidade com o Parecer Orientativo em PAE nº 352800/2023, produzido em Parecer Jurídico nº 34149/CONJUR/GABSEC/2023, face aos princípios da segurança jurídica e do



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 37097/CONJUR/GABSEC/2024

tempus regit actum na aplicação da norma vigente ao tempo do fato no que tange à matéria de direito material.

2.1. DA INFRACAO E DA TIPIFICACAO DA CONDUTA

O Auto de Infração descreve corretamente, de forma precisa e clara a infração ambiental cometida, cumprindo todas as formalidades legais exigidas ao caso, protegido pela plena legalidade.

Nos termos do art. 120, §2º da Lei n. 5.887/95, a configuração da infração ambiental pressupõe o nexo causal entre a ação ou omissão do infrator e o dano. No caso em tela, a ação restou comprovada pelas informações constantes do Auto de Infração e do Relatório de Monitoramento. Assim, presentes a autoria e materialidade, verifica-se que o autuado infringiu os dispositivos a seguir elencados:

Decreto Federal n.º 6.514/2008

Art. 50. Destruir ou danificar florestas ou qualquer tipo de vegetação nativa ou de espécies nativas plantadas, objeto de especial preservação, sem autorização ou licença da autoridade ambiental competente:

Multa de R\$5.000,00 (cinco mil reais) por hectare ou fração.

Lei Federal Nº 9.605/1998

Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente.

Lei Estadual 5.887/1995

Art. 118 Considera-se infração administrativa qualquer inobservância a preceito desta Lei, das Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente e da legislação ambiental federal e estadual, especialmente as seguintes:

I – construir, instalar, ampliar ou fazer funcionar em qualquer parte do território do Estado, estabelecimentos, obras e atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados, comprovadamente, efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, também, comprovadamente, sob qualquer forma de causar degradação ambiental,



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 37097/CONJUR/GABSEC/2024

sem o prévio licenciamento do órgão ambiental ou com ele em desacordo;
(...)

VI - desobedecer ou inobservar normas legais ou regulamentares, padrões e parâmetros federais ou estaduais, relacionados com o controle do meio ambiente.

Evidenciada está, portanto, a **procedência** do Auto de Infração.

2.2 DA GRADACAO DA PENA

Para a imposição da pena e sua gradação, a autoridade ambiental deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes, a gravidade do fato, tendo em vista as suas consequências para o meio ambiente, e os antecedentes do infrator quanto às normas ambientais vigentes, nos termos do art. 130 da Lei Estadual n. 5887/95.

Conforme o depreendido dos autos, foi observada a presença das circunstâncias agravantes expressas no art 132, incisos I, IV e VI, da referida lei estadual: ter o infrator agido com dolo; da infração resultar consequências graves para o meio ambiente ou para a saúde pública; ter o infrator cometido a infração para obter vantagem pecuniária. Não se vislumbrou a ocorrência de circunstâncias atenuantes.

Isto posto, considerando o princípio da razoabilidade e proporcionalidade e do dano ambiental causado, caracteriza-se a infração aqui analisada em caráter **GRAVÍSSIMO**, conforme dita o art. 122, III, da Lei Estadual n. 5.887/95, recomendando-se que seja aplicada por este Órgão Ambiental a penalidade de multa fixada entre **50.001 a 1.500.000 vezes o valor nominal da UPF-PA**, nos termos dos arts. 119, inciso II e 122, III da mesma lei.

Portanto, considerando a infração, sugerimos a fixação da multa simples em 200.000 UPF'S.

3.3 DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Cabe destacar que, nos termos da Lei Estadual n.º 9.575/2022, a conciliação ambiental poderá encerrar o processo de infrações ambientais mediante uma das soluções legais previstas em lei a ser avaliadas junto ao Núcleo de Conciliação Ambiental – NUCAM.

Nesse sentido, embora o auto de infração tenha sido lavrado antes da entrada em vigor da Lei Estadual n.º 9.575/2022, assim prevê o Decreto Estadual nº. 2.856/2023 que a regulamenta:



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 37097/CONJUR/GABSEC/2024

Art. 51. A conciliação ambiental poderá ser solicitada em qualquer instância, inclusive quando se tratar de passivos processuais.

§ 1º Para os fins do disposto neste Decreto, considera-se passivos processuais os processos infracionais que tramitaram sob a égide da Lei Estadual nº 5.887, de 9 de maio de 1995, e que não tiveram julgamento definitivo até a data de publicação deste Decreto.

Portanto, cabe a análise pelo NUCAM do pedido de conciliação do autuado, utilizando como parâmetros para os percentuais de desconto na multa do Decreto Estadual n.º 2.856/2023.

4. CONCLUSÃO

Ante o exposto, esta Consultoria Jurídica manifesta-se pela **manutenção do Auto de Infração nº AUT-2-S/20-11-00505**, sugerindo que seja aplicada ao autuado **ALESSANDRO MARQUES DE ALMEIDA (CPF nº 017.416.317-77)** a penalidade de **MULTA SIMPLES**, no valor de **200.000 UPF's**, cujo recolhimento deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, III; 122, III, todos da Lei instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.

No que tange a área embargada, sugerimos a **manutenção da área embargada conforme Termo de Embargo - TEM-2-S/20-11-00323**, sugere-se ainda a apresentação de Plano de Recuperação de Área Degradada e/ou Alterada – PRADA, pelo autuado, para análise e aprovação desta SEMAS, comprovando as medidas mitigadoras e compensatórias do dano ambiental cometido, devendo a DIORED, avaliando a viabilidade do plano, manifestar-se acerca de possível desembargo na área embargada, nos termos do disposto no artigo 19 C/C artigo 20, IV, ambos da Instrução Normativa Nº 07/2014-SEMAS.

Por fim, Considerando que o autuado solicitou a Conciliação Ambiental por meio do documento nº 8775/2024, sugerimos o encaminhamento dos autos para o Núcleo de Conciliação Ambiental - NUCAM para continuidade no agendamento da conciliação ambiental.

É o parecer, salvo melhor juízo.

(assinado eletronicamente)
PROCURADORA DO ESTADO
CONJUR/SEMAS



Governo do Estado do PARÁ
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade - SEMAS/PA

PJ Nº: 37097/CONJUR/GABSEC/2024

Belém - PA, 19 de Agosto de 2024.

Assinado eletronicamente. A assinatura digital pertence a:

- Luiza Rosa Mesquita 19/08/2024 - 16:58;

conforme horário oficial de Belém. A autenticidade deste documento pode ser conferida no endereço: <https://titulo.page.link/Y4Te>

